



Revista Organizações & Sociedade
2025, 32(111), 001-024

© Autor(es) 2025

Seção: Artigo

DOI 10.1590/1984-92302025v32n0005PT

e-location: ev32n0005PT

eISSN 1984-9230 | ISSN 1413-585X

www.revistaoes.ufba.br

NPGA, Escola de Administração

Universidade Federal da Bahia

Editor/a Associado/a:

Maria Elisabete Pereira dos Santos

Recebido: 28/06/2023

Aceito: 07/02/2025

Errata: 04/07/2025

A Relação entre o Desenvolvimento do Turismo e o Processo de Gentrificação em Pirenópolis-GO

Ariane Belcavelo Silveira Marques^a

Wescley Silva Xavier^a

Leandro Theodoro Guedes^b

^a Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, Brasil

^b Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, Três Rios-RJ, Brasil

Resumo

O presente trabalho busca compreender a relação entre a gentrificação e o desenvolvimento do turismo em Pirenópolis, no estado de Goiás (GO), a partir da configuração espacial. Concentra-se, sobretudo, nas políticas de turismo implementadas pelo município e suas consequências que abarcam questões de ordem concreta e simbólica do indivíduo no espaço. O trabalho é de natureza qualitativa, e os dados foram coletados a partir de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação não participante, analisados à luz da análise de conteúdo. Os resultados permitem compreender que a ação estatal com foco nas atividades econômicas relacionadas ao turismo se sobrepõe às relações sociais, culturais, históricas e ambientais. Com efeito, a gentrificação se expressa em aspectos concretos com afastamento da população marginalizada desse centro para áreas, cada vez mais distantes, em substituição pela classe dos empresários vindos de fora da cidade, e simbólicos, uma vez que os indivíduos passam a sentir perda do valor do patrimônio histórico-cultural e não se sentem parte integrante do novo espaço concebido para o turismo.

Palavras-chave: gentrificação; urbanização turística; políticas de turismo.

Introdução

Os estudos sobre as políticas de turismo e sua relação com as transformações urbanísticas (também chamada de urbanização turística) têm se intensificado, em função da ligação dessa relação com as mudanças na dinâmica socioespacial das cidades (Toledo, Alvarez Valdéz & Castroman Pollero, 2013; Barbosa, Oliveira & Resende, 2010; Araújo & Posenatto, 2012).

O turismo, à luz da Administração Pública, passou a ser debatido em âmbito mundial em decorrência da influência da *New Public Governance* dos anos de 1990, que buscava a potencialização da atividade turística para formação de parcerias com o setor privado para o desenvolvimento local (Paddison & Walmsley, 2018). Seguindo as diretrizes de condução da Administração Pública similares à gestão de empresas privadas, algumas cidades passaram a ser planejadas e geridas como empreendimentos, sob a ótica de uma racionalidade para homogeneização dos espaços, priorizando a organização territorial voltada para as atividades econômicas ligadas ao turismo, aliando a estética e utilizando a força das imagens para construção de cenários turísticos, que atraíssem visitantes (Harvey, 1996).

No interior dessa nova orientação, pode-se apontar os novos produtos turísticos, entre os quais se destacaram as cidades históricas e as atividades de ecoturismo. Essas últimas surgiram em meio à discussão sobre a necessidade de preservação da natureza, ganhando notoriedade mundial a partir dos anos 1980. Rodrigues (2003) aponta que são atividades econômicas orientadas para áreas de significativo valor natural, social e cultural.

Considerando as cidades históricas, seu tratamento no interior das políticas de turismo no Brasil foi inserido na década de 1970, através do Programa Integrado de Cidades Históricas, que representa o primeiro documento nacional para recuperação do patrimônio cultural urbano para turismo (Troitiño & Vinuesa, 2003). O patrimônio cultural, assim como o patrimônio natural (ecoturismo), passou a ser considerado importante recurso na configuração do espaço turístico.

Nesse processo, a participação do Estado é direta, como formulador e implementador de políticas voltadas para viabilizar as atividades turísticas. As políticas públicas, que atuam nesse sentido não se restringem ao turismo e possuem um grau variado de possibilidades. Estas vão desde modificações no planejamento do uso do espaço urbano até políticas específicas de revitalização de regiões históricas. É, inclusive, notável também o conjunto de pesquisas voltadas para a investigação desse fenômeno em grandes cidades e regiões metropolitanas, dadas as dimensões dos impactos das políticas (Paes, 2017; Mendes, 2017). Para Magnier *et al.* (2018), esse planejamento do espaço deve, necessariamente, se caracterizar como um projeto integrado que envolva a sociedade local – cidadãos e iniciativa privada.

Todavia, o reordenamento do espaço geográfico, que passa pela revitalização de patrimônios históricos, seja diretamente com recursos públicos ou por meio de parcerias público-privadas, e sua instrumentalização pelo marketing urbano, com o objetivo de atração de novos negócios, possui como consequência, tanto elementos estruturais objetivos, como o encarecimento do custo de vida e o êxodo de moradores para as periferias, quanto culturais e simbólicos, com a perda de laços e memórias. Esse processo tem sido caracterizado como gentrificação (Smith, 1982).

Por mais que o processo de gentrificação esteja mais diretamente ligado com políticas de ordenamento urbano, há uma conexão sensível com o turismo, que se mostra ainda mais aguda na chamada urbanização turística. Não obstante os fatores gerados, alguns autores assumem a gentrificação como algo positivo para poderes locais (Bolzoni & Semi, 2023), uma vez que, em muitos casos, a gentrificação tem sido um meio, e não um fim, para superação de crises econômicas, principalmente, a desindustrialização (Meethan, 1997; Zhan, 2021).

Este fenômeno vem sendo abordado pela literatura nacional e internacional, por exemplo, sob a perspectiva do avanço das empresas de hotelaria (González-Perez, 2020), os impactos sobre as populações locais (Almeida-Garcia, Cortés-Macías & Parzych, 2021; Curvelo & Lopes Júnior, 2021), ou mesmo considerando seu papel no interior da matriz econômica dos países (Zhang, Lu, Huang & Zhang, 2022).

Assentadas em um protagonismo maior das empresas privadas para promover o turismo, estas pesquisas revelam modificações que resultam nas mesmas consequências da gentrificação: o encarecimento do metro quadrado decorrente da especulação imobiliária e do aumento do contingente de turistas, o deslocamento de contingentes populacionais para regiões mais periféricas e com menor acesso aos serviços públicos básicos e a quebra dos laços simbólicos criados, historicamente, por esses contingentes que se deslocam. Considerando o ensejo dessa literatura, entende-se ser interessante compreender em que medida o processo de gentrificação se relaciona com políticas de turismo que envolvem, entre outras coisas, a conservação e revitalização do patrimônio histórico.

Considerando a importante dimensão da gentrificação para a compreensão dos fenômenos de ordenamento urbano contemporâneos, bem como a profusão de políticas de turismo, que tocam nesse mesmo aspecto, o presente trabalho tem por objetivo analisar criticamente a relação entre as políticas de turismo em Pirenópolis com o processo de gentrificação pelo qual tem passado a cidade. Entende-se que, além de contribuir com a análise crítica das políticas de turismo no Brasil, é possível também contribuir com a análise do fenômeno da gentrificação em cidades de pequeno porte, nas quais o turismo é uma atividade econômica e social relevante.

Além desta introdução, o texto se organiza em mais cinco seções. As duas seguintes discutem aspectos teóricos acerca das políticas de turismo no Brasil e do processo de gentrificação; em seguida, estão colocados os procedimentos metodológicos sucedidos pela análise dos dados e as considerações finais.

As políticas públicas e as transformações no espaço pelo turismo no Brasil

Até os anos 1960, não houve uma política diretamente orientada para o turismo, para além da regulamentação de algumas atividades. No Brasil, as primeiras diretrizes do Estado para o turismo surgiram, em 1966, por meio da criação da Política Nacional de Turismo (PNT), do Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Nesse período, havia uma relação muito próxima entre o Estado brasileiro e as empresas privadas ligadas ao setor, o que pode ser atestado, por exemplo, pelas linhas de financiamento público do turismo. Em 1971, foi promulgado o Decreto-Lei nº 1.191 para a criação do Fundo Geral do Turismo para o financiamento

de obras, serviços e atividades turísticas de interesse nacional. O Decreto-Lei n.º 1.376 de 1974 definiu o Fundo de Investimentos Setoriais destinados ao turismo, pesca, reflorestamento e hospedagem, sendo este último para investimentos em infraestrutura (Silva, 2015).

Por meio da iniciativa da Secretaria de Planejamento, em parceria com a Embratur, foi implementado o Programa Integrado de Cidades Históricas (1973 – 1979). Este foi o primeiro programa federal de investimentos para recuperação do patrimônio cultural urbano, marcando a inserção do desenvolvimento do turismo nas cidades históricas. O programa atuou, inicialmente, nas cidades do Nordeste e, posteriormente, foi disseminado para as demais cidades brasileiras para recuperação do patrimônio cultural urbano (Ribeiro, 2005).

Nos anos 1970 houve também o direcionamento para o patrimônio histórico com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH). Este Programa também ocorria a partir de uma relação clara entre o Estado e a iniciativa privada, que tinha papel importante na definição das diretrizes da política. A própria escolha de cidades contempladas no Nordeste resultou no aumento da especulação imobiliária em detrimento do desenvolvimento regional (Fridman, Araújo & Daibert, 2019). Segundo a autora “poucos imóveis foram aproveitados para moradias e, da intenção de um “sistema nacional”, resultaram sistemas isolados de preservação federal, estaduais e municipais”. Institucionalmente, até 1980 havia pouca participação das unidades federativas e municípios nas ações da Política Nacional de Turismo (PNT), cuja implementação acontecia de forma centralizada, sem participação das esferas subnacionais (sobretudo as locais, nas quais o turismo efetivamente ocorre) (Silva, 2015).

A partir de 1990, o Estado brasileiro priorizou o turismo como atividade econômica, construindo as políticas sob base da descentralização aos municípios, por meio da implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), além de estabelecer a nova Política Nacional do Turismo (1996 - 1999), que institucionalizava a gestão participativa do turismo municipal. Nos anos 2000, criou o Ministério do Turismo (MTur), o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e definiu 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, sendo este atualizado, em 2015, para 3.265 destinos (Brasil, 2022).

No contexto do desenvolvimento do turismo, vigoraram somente planos econômicos com objetivos de curto prazo (Henz, Leite & Anjos, 2010) e, até então, havia pouca participação dos estados e municípios nas ações da Política Nacional do Turismo (PNT), cuja implementação acontecia de forma centralizada sem participação das esferas subnacionais (Silva, 2015). Adotando um enfoque territorial, o governo institucionalizou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, em 1994, visando o planejamento participativo e a gestão local do turismo para que os municípios tivessem a responsabilidade de desenvolver suas localidades, enquanto o Governo Federal agiria organizando e tomando decisões (Cruz, 2000). Nesse período, é destacável o alcance das políticas em termos de cobertura nos estados e municípios, a abrangência de um conjunto variado de atividades turísticas e, também, a manutenção da lógica de aliança entre o poder público e a iniciativa privada.

O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR) voltado para a Região Nordeste é um exemplo claro desse processo. “Os recursos, oriundos de parcerias público-privadas, seriam destinados à modernização da rede hoteleira e dos aeroportos; à oferta de cursos profissionalizantes e à revitalização do patrimônio histórico das principais cidades

nordestinas” (Fridman *et al.*, 2019, p. 627). Nesse sentido, a própria noção de desenvolvimento regional se materializava com a profusão de atividades econômicas de serviço e comerciais envolvendo o patrimônio histórico.

As cidades históricas passaram a se destacar em função do surgimento de novas ofertas de produtos turísticos, resultando em mudanças do perfil do consumidor. Coriolano e Vasconcelos (2012) enfatizam que isso só foi possível graças às diversas formas de turismo que se materializaram no espaço urbano, consolidando expressões da prática turística e oferecendo experiências que captaram um fluxo significativo de visitantes. Por isso, o patrimônio cultural passou a ser considerado importante recurso na configuração do espaço, de maneira crescente, a partir da década de 1970 (quando foram implementadas as primeiras políticas voltadas para o patrimônio histórico), por se converter a um aliado no desenvolvimento turístico, favorecendo a criação de empregos e a coesão social de uma localidade (Coriolano & Vasconcelos, 2012).

Aqui cabe abrir uma janela importante para a inflexão do turismo em cidades históricas, quando na década de 1970 o Programa de Cidades Históricas (PCH), voltado para preservação e conservação do patrimônio material brasileiro, em particular, o do Nordeste, foi fundamental (Correa, 2016), contemporâneo às iniciativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para promoção do turismo, a partir de 1965. Durante o processo de urbanização vivido por cidades brasileiras, o uso do solo enfrentou um processo de valorização que, de certo modo, comprimia o patrimônio histórico, pelo adensamento populacional e uso de áreas para industrialização. Desse modo, foi premente a recuperação dessas áreas que se tornavam degradadas, de modo a reinseri-las na própria lógica de valorização do tecido urbano (Correa, 2016).

Em 2003, foi criado o Ministério do Turismo para o planejamento das ações do desenvolvimento turístico regional e a Política Nacional do Turismo (2003-2007), do qual fazia parte o Programa de Regionalização do Turismo. O objetivo principal da regionalização é promover o desenvolvimento turístico sustentável, diversificando a oferta turística nos municípios, dando continuidade às estratégias de ordenamento territoriais implementadas pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e extrapolando a lógica territorial do turismo do município para a região (MTur, 2022). Seguindo a Constituição Federal de 1988, a proteção patrimonial histórica e cultural e responsabilização pelos bens de valor histórico foram abordados na Política Nacional do Turismo (PNT) de 1992. Todavia, Ribeiro (2005) destaca que a Política Nacional de Turismo (PNT) de 1996 não mencionou esse assunto e o mesmo aconteceu na Política Nacional de Turismo (PNT) de 2003, que desconsiderou a questão patrimonial nos seus objetivos e metas do programa.

Em 2007, o Ministério do Turismo lançou o Plano Nacional do Turismo (2007-2010) para a estruturação de 65 destinos com padrão de qualidade internacional. A proposta e o número, segundo o Governo Federal, partiram dos dados da Política Nacional de Turismo (PNT) anterior do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, sendo que a ação estabelecia a estruturação dos roteiros nas regiões turísticas e se baseou nos princípios de cooperação, integração e sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional (MTur, 2022). Em 2015, os Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional foram atualizados e definidos para 3.265 (MTur, 2022).

O Ministério do Turismo passou a ser o órgão responsável pelo estabelecimento da Política Nacional do Turismo (PNT) no Brasil (Lei nº 11.771/2008). O Programa de Regionalização do Turismo

foi relançado, em 2013, com o objetivo de apoiar a gestão, estruturar e promover o turismo de forma regional e descentralizada. No mesmo ano, o Governo lançou o Plano Nacional do Turismo (2013 - 2016) para, juntamente com o Programa de Regionalização do Turismo, promover diretrizes e ações permitindo a participação das regiões e municípios na construção das políticas públicas nacionais, além das próprias políticas locais que já existiam (Silva, 2015).

Por conta dessa incorporação incompleta das questões do patrimônio histórico, nas políticas de turismo, esse processo de descentralização e participação se expressava de maneira híbrida nos programas de revitalização do patrimônio histórico. O programa Monumenta, que permaneceu ativo entre 1996 e 2006, embora admitisse a participação dos entes estatais, seguia também diretrizes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que o financiava e, também, era dirigido por consultorias externas (Fridman *et al.*, 2009). Ainda, em meados dos anos 2000, havia sido lançado o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas, também financiado por empresas e bancos públicos nacionais, que seguia a lógica da descentralização e mantinha a ideia de vincular a preservação do patrimônio histórico com as atividades econômicas, levando em consideração, também, os grandes eventos que ocorreriam no país.

Em 2013, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha de crédito destinada, exclusivamente, aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), dando origem ao Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas. Os projetos e as obras de infraestrutura foram executados sob a coordenação do Ministério do Planejamento em cooperação com o Iphan e parcerias com municípios, Universidades e Instituições federais e Governos estaduais (Iphan, 2018).

A trajetória histórica das políticas de turismo no Brasil, em especial, as que incluem também o patrimônio histórico, revela importantes rupturas institucionais com a participação cada vez maior dos entes subnacionais no processo de formulação e implementação. Ademais, revela também continuidades com a íntima relação entre o Estado e o capital. Nesse sentido, é fundamental caracterizar as possíveis consequências dessa relação que, no caso em estudo, se materializam em pontos como o processo de gentrificação.

Os desdobramentos socioespaciais provocados pela relação entre turismo e gentrificação

O turismo pode ser promovido por meio de políticas públicas, que incluem ações diretas do Estado, incentivos fiscais e de marketing, viabilizando a instalação de equipamentos, infraestruturas e condições necessárias ao atendimento, em especial, aos visitantes e investidores privados, aspirando interesses políticos e dinamização da economia local para atividade turística (Coriolano & Vasconcelos, 2012).

As atividades turísticas incidem, de maneira direta, no uso e ocupação do espaço, envolvendo a gestão do território, conforme afirma Steinberger (2009). O espaço social é construído, historicamente, e o turismo é uma das atividades da sociedade contemporânea que potencializa a economia e, constantemente, atua na produção da história e do próprio espaço. Assim, a produção turística é materializada no espaço, ao longo do tempo, por meio de objetos ou formas e, por isso, é preciso considerar os desdobramentos das dinâmicas socioespaciais.

Essa produção turística é materializada no espaço por meio de objetos geográficos naturais ou artificiais (atrativos e equipamentos), dos quais são gerados os fluxos (deslocamentos que constituem a vida e impulsionam essa materialidade). Esses objetos podem ser moldados, ao longo do tempo, por meio de técnicas. Assim, o turismo se apropria das “rugosidades”, marcas deixadas no espaço pelo tempo, e vai atualizando, produzindo formas e conteúdos, atribuindo o significado da atividade turística (Steinberger, 2009, p. 44).

Considerada essa perspectiva do território usado, em princípio, o turismo não é somente uma atividade econômica. Compreende reflexões como, por exemplo, a apropriação dos objetos naturais e artificiais que, reconfigurados ao longo dos anos, envolvem ações políticas decorrentes do uso turístico do território. Entre essas ações, Luchiari (2004, p. 105) define esse processo como “urbanização turística”, que “reinventa e cria novas funções”, estabelecendo uma nova organização socioespacial.

A compreensão do território perpassa a multiplicidade de formas de apropriação e transformação do espaço por grupos e classes sociais distintas. Funcionalidades diversas são atribuídas a lugares apropriados, territorializados, em diferentes temporalidades, assumindo uma diversidade de significações dos agentes produtores da territorialização no espaço (Coriolano & Vasconcellos, 2012). Essa territorialização é conceito-chave de compreensão das ações atuais do Estado e de elaboração de políticas públicas, urbanas, econômicas ou de turismo, nas quais incidem ações públicas e de empreendedores privados da sociedade.

De acordo com Cruz (2000), a apropriação territorial pode acontecer, por exemplo, através do direcionamento de uma política pública do turismo em determinado lugar. Nesse caso, os gestores públicos traçam metas e diretrizes dessas políticas, que norteiam o desenvolvimento socioespacial da atividade no que se refere às esferas pública e privada. Por isso, a territorialização mediada por diferentes condições e interesses, muitas vezes conflitivos, mostra a relação entre território, política e turismo. Mesmo quando há um processo mais orgânico de crescimento da atividade turística apoiada e com a participação da comunidade, algumas externalidades negativas, como o impacto em serviços direcionados à população local, e na exaustão de recursos naturais (Brida *et al.*, 2014).

O Estado pode promover a atividade turística em parceria com empresas privadas, apropriando-se dos espaços, transformando-os em espaços concebidos para os turistas para o acúmulo de capital. Essa tendência segue uma racionalidade econômica de desenvolver o turismo como oportunidade de emprego e possível empreendimento para os moradores da cidade. Por outro lado, desencadeia em consequências como formação dos processos de gentrificação e a não identificação do novo espaço concebido como um espaço vivido pela própria população local.

O termo *gentrification* foi usado, pela primeira vez, no início dos anos 1960, por Ruth Glass (1963), ao descrever o processo de enobrecimento de uma área de Londres. Desde então, o termo foi disseminado por diversos autores, fazendo surgir novas interpretações sobre a gentrificação. De modo mais amplo, Hamnett (1984) a define como um fenômeno, ao mesmo tempo físico, econômico, social e cultural que implica mudanças sociais, físicas (do estoque de moradias na escala de bairros) e econômicas (mercados fundiário e imobiliário).

Segundo Smith (2007), a linguagem do renascimento urbano não é nova e foi empregada nos Estados Unidos em um sentido diferente do poético evocado por Ruth Glass, pois a linguagem

atual corrente do renascimento urbano é a prova da generalização da gentrificação (Smith, 2007). Apesar do fenômeno da gentrificação ser uma boa estratégia para preservação do tecido físico da cidade, apresentando casas e ruas bonitas, cafés, pequenas lojas, praças, como foi apresentado o caso de Nova Iorque, os gentrificadores alteram a economia local de modo a beneficiá-los em relação à maioria dos habitantes da cidade (Zukin, 2010). A autora critica o fato desses agentes apoiarem os mercados de consumo, que visam públicos específicos e de desconsiderarem pequenas lojas e feiras livres, as quais os residentes de menor renda dependem.

Especificamente, Savage e Warde (1993) apresentam quatro processos decorrentes da gentrificação: i) reorganização da geografia social da cidade nas áreas para substituição por um grupo social de classe mais elevada; ii) reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; iii) transformação do ambiente construído, com a criação de novos serviços e requalificação residencial, que prevê melhorias arquitetônicas; iv) mudança da ordem fundiária que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores, aumentando a quota das habitações. Como consequência desse processo há a “elitização de determinadas áreas com a substituição da população tradicional por moradores com maior poder aquisitivo a partir de seu redesenvolvimento, com incremento de infraestrutura e/ou requalificação urbana” (Ribeiro, 2018, p. 1338).

Ao comparar dois bairros do Brasil e dois de Portugal gentrificados, Leite (2007) identificou que os locais sofreram intervenções específicas pela alteração da arquitetura urbanística com a utilização do forte apelo visual construído para os turistas. A ideia é que esse novo cenário chame a atenção dos turistas e atenda suas demandas, além da valorização imobiliária, segurança e limpeza urbana para a reapropriação por parte das classes médias e altas, que consigam se sustentar nesses locais enobrecidos.

Essas políticas gentrificadoras guardam em si um interesse de mercado que se formula pela construção de uma imagem da cidade que atraia investimentos, públicos e privados, principalmente, sob o discurso da restauração cultural do espaço (Leite, 2007; Botelho, 2004). Por isso, determinados espaços passaram a ser visados pelo poder público como oportunidades para geração de atividades e aumento das receitas de alguns municípios.

Leite (2007) ressalta que a tendência da homogeneização decorrente da gentrificação promove a perda dos elementos identitários do seu povo. Quando esses espaços são reproduzidos, há desdobramentos como perda de significação socioespacial. Isso ocorre em função da coexistência do uso do território, bem como pela complexidade das dinâmicas socioespaciais e intensificação da promoção do turismo.

Há uma vinculação evidente entre as políticas de turismo que envolvem o patrimônio histórico e o processo de gentrificação, como notou Ribeiro (2018) para cidades como Recife e Salvador. Exatamente porque a revitalização de determinadas regiões atrai novos negócios, essa encarece o custo de vida e expelle os moradores. Nesse sentido, cabe a análise de um caso concreto na particularidade brasileira que vai na esteira da própria descentralização das políticas de turismo e atinge também cidades menores do interior.

Procedimentos metodológicos

Por visar compreender a relação entre as políticas de turismo e o processo de gentrificação, na configuração espacial de Pirenópolis, no estado de Goiás (GO), esta pesquisa pode ser classificada como descritiva. Quanto à abordagem, caracteriza-se por uma pesquisa essencialmente qualitativa por se preocupar com a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A coleta de dados compreendeu pesquisa documental, entrevistas com roteiro semiestruturado, e observação não participante como anotações em diário de campo. A fonte dos dados bibliográficos utilizados envolveu matérias anunciadas nos jornais e revistas da cidade, além dos sítios eletrônicos como o *Portal do Turismo de Pirenópolis*, *Prefeitura Municipal*, *Observatório Geográfico de Goiás*, *Iphan-GO*, *IBGE*, entre outros relacionados ao desenvolvimento do turismo e à configuração do espaço urbano de Pirenópolis.

Além da pesquisa documental, foram feitas entrevistas semiestruturadas, com o corpus definido por saturação categórica, no qual foram interrompidas as anotações das observações e o recrutamento de novos participantes no momento em que nenhuma categoria emergia do campo. Durante a coleta, os participantes foram abordados de forma aleatória e, especificamente alguns, por indicação dos próprios entrevistados. A coleta de dados ocorreu em períodos e locais diferentes da cidade para que fosse possível captar perspectivas distintas sobre o assunto estudado. Foram definidos cinco grupos de entrevistados, divididos de acordo com os diferentes atores, que envolvem o turismo e o espaço urbano de Pirenópolis: Iphan, poder público local, empresários, população local e os turistas, totalizando 55 entrevistas, das quais treze compuseram o corpus de análise do presente estudo. Na tabela que segue são informados os códigos das entrevistas e suas respectivas referências:

Tabela 1

Códigos das entrevistas e seus referentes

Código	Identificação	Número de sujeitos
ERS1	Pessoas ligadas ao Iphan	2
ERS2	Poder público local	2
ERS3	Empresários	2
ERS4	População local (idade mínima 40 anos)	6
ERS5	Turistas	1

Fonte: dados da pesquisa.

Por fim, foi utilizada a observação não participante, com a permanência da pesquisadora enquanto espectadora do objeto observado, segundo a perspectiva de Gil (2008). Durante a aplicação da técnica, o observador não interage com o objeto da observação, por isso, os sujeitos não sabem que estão sendo observados. O instrumento de registro dos dados durante a observação não participante foi o diário de campo, no qual foram realizadas anotações durante as entrevistas, conversas e andanças pelas ruas da cidade. Essa técnica de anotar permite descrever e analisar a dinâmica estudada, além de compreender os lugares que foram relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles (Weber, 2009). Como a tarefa do pesquisador é buscar uma leitura do texto em termos dos seus símbolos (May, 2004), registros fotográficos foram realizados para apreensão da materialidade no espaço.

Para análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, permitindo a leitura, descrição e

interpretação do conteúdo de documentos e textos. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo compõe um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens para obtenção de indicadores, quantitativos ou qualitativos, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. A mensagem expressa um significado, um sentido, que é captado em sua vertente qualitativa.

A análise de conteúdo é uma interpretação pessoal que o pesquisador tem do seu próprio processo de decodificação e, por meio desse, analisa, infere e interpreta acerca do processo de codificação de produtos. Entre as diferentes formas de análise, como a experimentação e a categorização, Bardin (2016) sugere três polos cronológicos para a execução do método: i) pré-análise (organização); ii) a exploração do material (codificação e categorização); iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (informações fornecidas pela análise).

A primeira fase tem por objetivo a organização, embora seja composta por atividades não estruturadas. Corresponde a um período de intuições em que se operacionaliza e sistematiza as ideias iniciais de maneira a conduzir um esquema do desenvolvimento em um plano de análise. Na fase de exploração do material, é feita a conclusão da preparação do material em termos de operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Trata-se de operações aplicadas automaticamente (operações efetuadas por computador) ou manualmente. Na terceira fase da análise, propriamente dita, “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (‘falantes’) e válidos” (Bardin, 2016, p. 131).

Definição das categorias de análise

A partir da organização prévia para a análise do material coletado, trata-se proceder à identificação das principais categorias de análise. As diretrizes da urbanização turística, a partir da implementação de políticas produzem alterações no espaço urbano influenciando as práticas cotidianas das pessoas. Consequentemente, essas alterações provocam estranhamentos em seus aspectos concretos da gentrificação e simbólicos em decorrência do uso do espaço pelo turismo em si. Considerando a discussão teórica feita até o momento foi possível identificar as principais categorias de análise para o exame do material extraído das incursões empíricas. Sistemáticamente, as categorias de análise foram associadas aos seus indicadores, conforme o esquema da Figura a seguir.

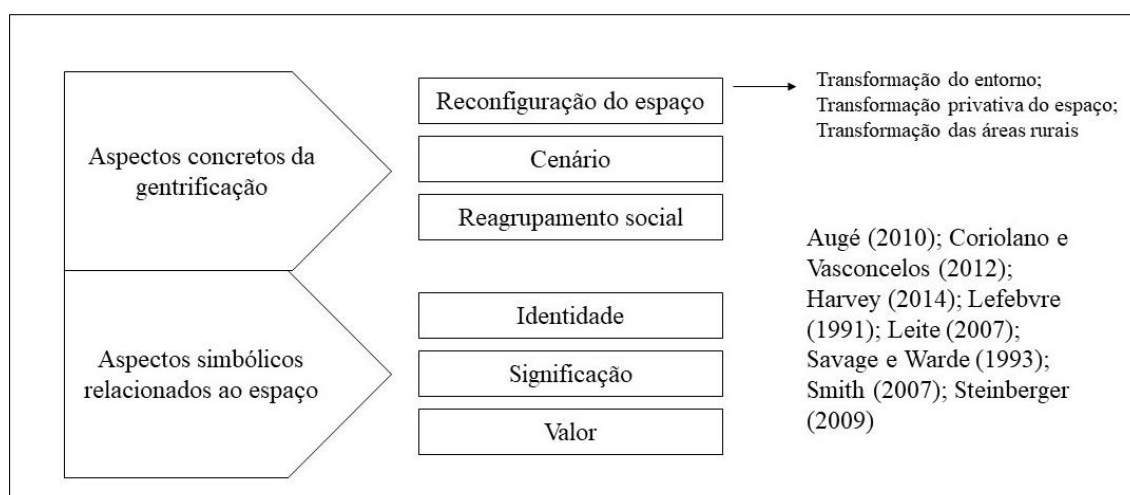


Figura 1. Esquema dos Desdobramentos da Urbanização Turística em Pirenópolis

Fonte: dados da pesquisa.

Os aspectos concretos da gentrificação estão materializados no espaço provocando a reconfiguração do espaço urbano e formação de um cenário e reagrupamento social (Santos, 2008; Savage & Warde, 1993). Entendem-se como aspectos concretos da gentrificação as formas de reconfiguração do espaço urbano de transformações do entorno, a privativa e das áreas rurais; a formação de cenário baseado na homogeneização turística para atender esse tipo de demanda; e reagrupamento social em função da valorização imobiliária.

Associados a isso, os indicadores da categoria dos aspectos simbólicos relacionados ao espaço são a identidade, significação e valor, tendo como categoria emergente a reciprocidade do lugar. Nessa dinâmica socioespacial, os aspectos concretos e simbólicos estão diretamente interligados. Quando é feita alguma intervenção no espaço, ocasionando em processos de gentrificação, ocorre perda de identidade social relacionada à perda simbólica do valor da construção social do indivíduo com esse espaço. Apesar do estranhamento inicial, em seu novo lugar, a tendência é que esse indivíduo o ressignifique, criando novos valores e identidades. Essa forma de ressignificação acontece por meio da apropriação, utilizando de forma concreta, materializando suas significações no espaço entre si (Lefebvre, 1991).

Apresentação e discussão dos resultados

A cidade de Pirenópolis integra uma das 21 regiões do entorno do Distrito Federal, estando sua sede localizada a 150 km de Brasília e a 130 km de Goiânia. Desde a sua fundação, em 1727, até os dias de hoje, a cidade é caracterizada por quatro ciclos, de acordo com o Portal do Turismo de Pirenópolis (PTP, 2018), e que foram adaptados nesta pesquisa e, assim, divididos: Ciclo do Ouro (1727 – 1800); Ciclo da Agricultura e do Comércio (1800 – 1930); Ciclo da Pedra e da Arte (1930 - 1989) e Ciclo do Turismo (1989 - 2018). No dia 22 de novembro de 1989, Pirenópolis foi tombada pelo Iphan como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico, e a partir de 1997, foram iniciados projetos de refuncionalizações no Centro Histórico. Desde então, o turismo passou a ser fortemente impulsionado pelos governos estadual e municipal e, atualmente, representa a

principal atividade econômica do município (PTP, 2018).

A reconfiguração do espaço passa, necessariamente, pelo crescimento da atividade turística que tem impactado, diretamente, a dinâmica urbana da cidade. Analisando as falas coletadas nas entrevistas, e considerando os aspectos concretos da gentrificação, ao ser questionado se o poder público municipal partilha da ideia de formação desse processo em Pirenópolis, o Secretário ERS2-4 descreve a configuração urbana desde o turismo.

A cidade cresceu nos últimos 30 anos, porém a população cresceu muito pouco, é estável. Se analisarmos uma fotografia da cidade de 1980, é impressionante ver o tanto que ela cresceu com a construção de condomínios, casas de aluguel. Então, há um inchaço muito grande que representa um problema, pois estamos perdendo a população dentro do Centro Histórico (ERS2-4).

Esse crescimento se intensificou desde o início do Ciclo do Turismo, representando a reconfiguração do espaço urbano através do avanço das construções. Um fator que pode ter ocasionado essa expansão das construções é a dificuldade de regulamentação e fiscalização por parte do poder público. Como o Plano Diretor não definiu as zonas de uso e ocupação do solo, muitas construções irregulares foram erguidas promovendo esse inchaço nas zonas urbana e rural.

Por meio das entrevistas, identificou-se um afastamento cada vez maior dos residentes do Centro para as áreas periféricas da cidade, provocando um processo de reagrupamento social. Em decorrência dos processos de reconfiguração do espaço e reagrupamento, o Centro Histórico é visto como um cenário para o turista e possui baixa densidade demográfica. Isso acontece em função da especulação imobiliária e intensificação do comércio nessa área valorizada, conforme explica o ex-funcionário do Iphan, ERS1-1, “inflacionou o metro quadrado e várias pessoas começaram a construir escondido aproveitando os espaços que tinham para fazer renda ou venderam suas casas e mudaram para os bairros”.

Foram identificados três tipos de transformações na reconfiguração do espaço em Pirenópolis, sendo, a do entorno, a privativa do espaço e a das áreas rurais. A transformação do entorno representa as edificações de residências modernas e pousadas, como a Vila Zezito Pompeu I e II (conhecida como Alto do Carmo) e Vila Vulpina. Segundo a agente do poder público, ERS2-5, essas áreas periféricas do entorno são caras em função da especulação imobiliária.

Geralmente, como as casas do Centro Histórico possuem alto custo de manutenção, a maioria das famílias acaba vendendo suas propriedades para os empresários de fora da cidade ou as transformam em pousadas. Isso faz com que haja um deslocamento dos antigos moradores pirenopolinos para o entorno da cidade, conforme a agente, ERS2-5, do poder público descreve na configuração do cenário atual. “O pirenopolino só está conseguindo comprar casas na zona rural, porque a periferia está sendo ocupada pelos condomínios fechados ou horizontais dos moradores temporários que costumam comprar lotes na cidade junto com grupos de amigos” (ERS2-5).

Nota-se, de um lado, a segregação forçada pela inviabilidade de compra de terreno na área do entorno em função da especulação imobiliária, por parte dos pirenopolinos. E, do outro, a autosegregação, por parte da classe dos moradores temporários e empresários que vivem por

opção, longe do centro, das escolas, das unidades de saúde e dos comércios. Nesse sentido, cabe considerar que, historicamente, a gentrificação é um fenômeno diretamente ligado ao ordenamento do espaço urbano e, no caso em estudo, as políticas de valorização turística do Centro Histórico se somam com a construção de novas residências. Em complemento, cabe destacar que os pirenopolinos estão se afastando cada vez mais para as áreas rurais do município, ocupando as zonas conhecidas como Passagem Funda e Vila Mutirão, por exemplo.

Essa transformação da área evidencia dois aspectos singulares da gentrificação, em sua forma concreta e simbólica. A primeira, representada pela movimentação da instalação de residência para a área rural, que gera estranhamentos por parte da população e que se tornam mais frequentes em razão das constantes mudanças. A simbólica é referente à perda de significação do lugar por ser distinta daquela pretendida pelos que controlam as mudanças espaciais. Esse processo resulta na perda da significação dos moradores e acaba prejudicando o estímulo à interação.

Mais diretamente sobre os aspectos simbólicos do processo de gentrificação, o agente público ERS2-4 faz uma crítica diante do contexto atual.

Eu participei das discussões do Plano Diretor e, desde a aprovação do primeiro, em 2002, temos muita dificuldade em relação à gentrificação, pelo fato de estar transformando o Centro Histórico em um shopping. As famílias saem e vão para a periferia. Praticamente a população está sendo expulsa da cidade no sentido de que o patriarca morre e os filhos vendem para um terceiro. Esta casa é usada para aluguel ou ao final de semana. Então, temos muitas casas vazias e isso é uma característica interessante, pois a pessoa não declara que aqui é a segunda residência (ERS2-4).

Em complemento ao trecho acima, o ex-funcionário do Iphan, ERS1-2 é enfático ao afirmar que “Pirenópolis está virando um shopping a céu aberto, a cidade está perdendo a sua essência, se prostituindo, se descaracterizando. Mas onde não aconteceu isso?”. Todavia, ao final de sua fala, ameniza esse desdobramento justificando como normal, sendo um processo de naturalização decorrente do uso do espaço. Afinal, isso ocorre em vários lugares, e não haverá problema se ocorrer em Pirenópolis, conforme demonstra em sua fala.

A caracterização do Centro Histórico como um shopping marca a gentrificação, na qual houve intervenções que produziram o espaço urbano para a atividade turística, por meio do forte apelo visual construído para os turistas (Leite, 2007). Essas intervenções são realizadas pelos agentes do governo federal, através do Iphan, estadual e municipal que trabalham juntamente com os empresários na busca da homogeneização dos espaços para atração dos turistas, visando o desenvolvimento econômico para a cidade. Com a transformação estrutural do Centro Histórico, há também uma mudança cultural nas relações que ocorriam naquela região.

Essa tendência à homogeneização, decorrente da gentrificação, desdobramentos concretos quando afasta moradores para as áreas periféricas, situados longe dos comércios, escolas, postos de saúde e outros estabelecimentos, que oferecem serviços e tendem a serem concentrados no centro da cidade. Além disso, promove a perda dos elementos identitários da população local, quando se trata desse local, que possui um contexto patrimonial histórico-cultural envolvido.

O afastamento da população para áreas mais periféricas aparece, reiteradamente, nas falas.

Segundo a agente do poder público ERS2-5, em função da especulação imobiliária e das condições de subemprego oferecidas pelo mercado turístico, o pirenopolino não possui poder aquisitivo para comprar lotes no entorno e tampouco no Centro Histórico, ocasionando um afastamento cada vez maior da população para as áreas rurais.

O pirenopolino está indo para a área rural, que é mais afastada ainda, para pequenos lotes, muitas vezes irregulares, que não estão dentro da metragem que a lei obriga. É por isso que o PDP está nesse impasse e, ainda, as áreas que mais se valorizam estão subindo para as nascentes. O PDP deveria barrar isso, mas tem envolvido todo um jogo de interesse econômico, político e muito pouco voltado para essa população que está sendo expulsa, e expulsa com vontade, para áreas cada vez mais distantes do centro (ERS2-5).

Essa exclusão acaba isolando, segregando e gerando conflitos negativos, como esfacelamento da identidade social, que dificilmente é reconstruída pelos indivíduos frente às áreas que a eles são negadas ou negligenciadas. Toda essa dinâmica desencadeia no alijamento da população marginalizada às periferias. A desigualdade socioespacial e a precariedade dos modos de vida são produtos da urbanização turística (Luchiari, 2004), consequentes do modo de produção capitalista (Harvey, 2014). É fundamental para a análise da produção do espaço urbano, da desigualdade socioespacial, que se compreendam os desdobramentos desse processo.

Entre os problemas do Centro Histórico identificados pelo diagnóstico do Plano Diretor no ano de 2002, a baixa densidade demográfica já representava uma movimentação da população para o entorno, característica proveniente da mudança da utilização dos casarios convertidos para atividades ligadas ao turismo. Reconfigurando-se em pousadas, bares, restaurantes, lojas de artesanatos e diversos comércios, que foram se incorporando em função do desenvolvimento do turismo (Plano Diretor de Pirenópolis, 2002).

A dinâmica da urbanização turística provoca o reagrupamento social causado pela gentrificação. A moradora da Vila Matutina, ER4-36, contextualiza esse processo apontando que o ganho financeiro dos pirenopolinos se associa à construção civil.

Eles constroem uma boa casa, não para viverem dentro, mas para alugarem aos finais de semana e vão para uma roça para se esconderem. Alugando sua casa por R\$ 1.500,00 todo final de semana, sua vida tá ganha. Muita gente tá vivendo assim, porque o poder público está deixando ser assim. Quem tem poder aquisitivo para transformar sua casa em pousada, o faz. Quem não tem, é obrigado a conviver com essa anarquia, bagunça barulho, lixo, e, no dia seguinte, é obrigado a acordar cedo para trabalhar. Às vezes você liga para polícia 10 vezes e ela não vem mais; liga na Central da Postura e ninguém atende. Aí, o povo daqui fica louco pra mudar pra roça porque não aguenta mais viver na rua. Isso está virando cidade fantasma (ERS4-36).

Entre os desdobramentos da urbanização turística em Pirenópolis, que levam ao processo de gentrificação, ocorre a substituição da vida cotidiana pela transação comercial. As mudanças objetivas no uso das residências próximas ao Centro Histórico mudam também os hábitos dos moradores. As pessoas estão saindo da sua própria casa, transformando-as em pousadas para

receber os hóspedes e investindo como uma oportunidade de negócio. A entrevistada ERS4-36 ainda destaca uma característica peculiar sobre esse desdobramento: alguns pirenopolinos alugam suas residências aos finais de semana e vão para locais mais afastados. Com isso, eles ganham dinheiro e se afastam dos transtornos causados pela invasão turística.

O reagrupamento social e a reconfiguração do espaço revelam uma cidade praticamente abandonada durante a semana. Aos finais de semana e feriados, os turistas ocupam as casas da área central. Nessa perspectiva, de acordo com a gestora pública ERS2-5, é fundamental pensar nas políticas públicas de atração turística, uma vez que:

O turista vai chegando e usufruindo de todo o espaço que é construído pra população local. Ele está na rua, no posto de gasolina, no restaurante, na igreja. Ele ocupa o espaço que normalmente deveria ser ocupado pela comunidade que vive na cidade (ERS2-5).

A partir do momento em que o turista traça a sua rota de viagem, escolhe os atrativos para visitar, os restaurantes que irão fazer suas refeições e em qual local irá se hospedar. É válido notar se há algum interesse em conhecer as pessoas que vivem nesse destino e quais são suas tradições. Em geral, o visitante não absorve e nem cria relação com o lugar, conforme evidencia a empresária ERS3-12.

Em datas específicas, como Réveillon, dá vontade de sumir daqui. O que essas pessoas vêm fazer aqui? Por que elas vêm para cá? Virou um lugar de vandalismo, libertinagem e farra não saudável. O que eu tenho feito? Fecho as portas do meu comércio, porque não tenho segurança. Se entrarem dez pessoas no meu estabelecimento, eu não tenho controle de nada. Quando a cidade lota, acaba tudo, a água, energia, os itens do supermercado esgotam, o trânsito não funciona, não tem condição. Nos feriados eu não coloco os pés para fora de casa. Infelizmente precisamos selecionar o tipo de turista para valorizar o que temos aqui. A cidade está perdendo a sua característica e o seu contexto social. Onde está aquela cidade linda, cultural e histórica? (ERS3-12).

É válido citar que esta empresária tem a população pirenopolina como público-alvo em decorrência da localização de seu estabelecimento. Notou-se, em sua fala, um sentimento de aprisionamento ao local relacionado ao medo revelado nas épocas de datas comemorativas e feriados, como “fecho as portas do comércio” e “não coloco os pés para fora de casa” (ERS3-12). Como destaca a entrevistada, depredar e praticar vandalismo na cidade são atos característicos de abandono das atividades que envolvem as tradições culturais e patrimoniais.

Esse tipo de comportamento também foi facilmente identificado nas entrevistas da população local, como relatado: “o carnaval e o Réveillon são festas atormentadoras, pesadas, a cidade fica tomada, não dá pra sair de casa” (ERS4-34). E pela moradora ERS4-29:

a festa de final de ano foi o horror: no dia seguinte tinha caco de vidro pra todo lado. Você pensava que a rua tinha sido construída por caco de vidro, foi um exagero e acho que não

teve quem não ficasse horrorizado com o que viu. Era tanta gente que não sabíamos de onde tinha saído aquilo e a cidade não comporta isso tudo (ERS4-29).

Por meio dessas falas, percebe-se a inexistência de reciprocidade do visitante com o lugar formado por um tipo de comportamento que se mantém distante do local receptor, de modo que se perceba uma mudança de valor não apenas frente ao conjunto arquitetônico, ressignificado pelo uso comercial, como também das manifestações culturais tradicionais na cidade. Esse comportamento gera um sentimento de repulsa por esse tipo de visitante que, além de não trazer nenhum benefício para a cidade, ainda marca sua passagem com lixo, desordem no trânsito e comportamentos não aceitáveis. Nesse contexto, a moradora do Centro Histórico, ERS4-42 ressalta que a dificuldade de convivência com os turistas se tornou uma experiência amedrontadora, visto que já foi ameaçada de agressão.

Para completar minha alegria, agora, ao lado da minha casa tem um Hostel. Aos finais de semana eu praticamente não durmo, os jovens que ficam hospedados lá ficam com o som ligado 24 horas e na maior altura. Meus filhos têm até com medo porque eu sempre vou lá reclamar, teve gente que já até tentou me agredir quando estava bêbado. Quem é daqui às vezes nem percebe por que mora afastado da cidade e vai para a chácara, mas como eu não tenho isso, sou obrigada a ficar aqui (ERS4-42).

Observou-se, por meio da pesquisa de campo e das entrevistas que, apesar do turismo trazer algumas melhorias para o espaço urbano e aumento da renda para a população, o pirenopolino se sente acuado em seu lugar. As movimentações populacionais e a reconfiguração espacial que leva à especulação e ao encarecimento das moradias próximas ao Centro Histórico se somam às modificações culturais e simbólicas com a população desenvolvendo um sentimento de falta de pertença em seu ambiente e, conseqüentemente, criando uma animosidade com os forasteiros.

O distanciamento entre o turista e o morador não deriva de um processo voluntário. Há na própria estratégia de desenvolvimento turístico um conjunto de especificidades que não favorece esse encontro entre turistas e moradores, e que mesmo os primeiros visitantes que chegam na cidade sentem essa carência. Exemplo disso são os espaços para eventos, citados anteriormente. A cidade não oferece uma infraestrutura adequada que permita um espaço para essa interação entre o morador e o turista e isso foi relatado por alguns turistas como um fator negativo da atividade. Segundo ERS5-48, “a cidade precisa incentivar a população a conversar com a gente. Nós, turistas, apenas queremos desfrutar do que a cidade pode proporcionar”.

Na ocupação dos espaços que, normalmente, são apropriados pela população local, podem surgir tensões entre eles e os moradores por esses se sentirem invadidos. Isso ocorre em razão do complexo processo de produção do espaço que é formado ao longo dos anos, não somente em razão da presença do turista, mas, sobretudo, em relação às transformações espaciais para atender as demandas do turismo, implicando a necessidade de ressignificação quanto aos “novos lugares” produzidos a partir dessa dinâmica.

O turismo até tinha uma vantagem da parte econômica para quem vive disso, mas agora já está entrando na linha da desvantagem porque transforma a minha cidade em algo que não reconheço. A minha cidade já não é mais minha. Eu gosto de uma coisa mais organizada: a cidade é minha, você vem aqui e usa com cuidado. Eu, como moradora, durante a semana ainda estou na rotina normal, estou trabalhando, preciso do meu carro (“ah, porque não larga seu carro em casa?”); e por que o turista não larga o carro dele em casa? Eu tenho que ir para casa fazer almoço, deixar meu filho na escola e voltar para o trabalho. Como é corrido, preciso do meu carro! O povo começa a chegar aqui na quinta. A população é obrigada a correr e aumentar o percurso porque não tem ninguém no trânsito para organizar isso. A bagunça tá feita e o pau tá quebrando. Eu me sinto invadida e acuada o tempo todo (ERS4-36).

Devido aos estranhamentos frente às mudanças espaciais, a população local visualiza o Centro Histórico como um cenário, ou seja, um espaço concebido para o turismo, o qual não há mais espaço para sua vivência. Por isso, o Centro Histórico é interpretado por essa mesma entrevista em outro trecho acima como uma “cidade fantasma”, com perda de significado, identitária e de valor, na qual ela não se sente integrante e não possui sentimento de pertença.

No cenário turístico, a disputa espacial representa uma experiência contraditória pelo fato do indivíduo ter que dividir seu espaço de vivência com o outro. A maior consequência negativa do turismo, segundo a Secretária Municipal ERS2-5, se resume a dividir o espaço com o desconhecido, pois, “uma coisa é dividir o espaço de vivência com as pessoas que compartilham com você a mesma existência, como os vizinhos, amigos e parentes, a outra, é ter que dividir o mesmo espaço com o turista”.

Nessa urbanização turística do contexto atual, vale compreender o que de fato representa para a população pirenopolina, identificando a preservação patrimonial como parte constituinte do conhecimento da história e memória representadas por meio de lembranças materializadas na existência da preservação desse patrimônio (Meneses, 2004). Nesse sentido, é fundamental a construção dos lugares de memória, que são constituídos a partir da formação de um papel social que formam sentidos e significações à coletividade permitindo o desenvolvimento do patrimônio histórico.

Os lugares de memórias permitem a interpretação do patrimônio e a realização da leitura crítica dos mesmos. Dessa forma, a preservação histórica não deve representar, simplesmente, uma coletânea de objetos raros no espaço-tempo. A preservação deve ser interpretada de modo que consiga cumprir o seu papel formador de identidade do qual a população se sinta integrante do tempo passado, reconhecendo-se nas novas configurações, e identificando seus símbolos e percebendo seus valores.

Todavia, as transformações ocorridas pelo processo de urbanização turística acabaram convertendo os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural em mercadoria, colocando o Centro Histórico nas dimensões de reprodução capitalistas. Seguindo a perspectiva de Troitiño (2004), apesar de a localidade tentar apresentar instrumentos de cooperação que visam contribuir para resolução dos problemas turísticos referentes ao patrimônio, de nada adianta, visto que, segundo relatos de entrevistas, não existe conversa com a população local para auxiliar no desenvolvimento estratégico turístico.

Entre as desvantagens da atividade turística, a moradora ERS4-17 diz que a “gente perde a privacidade da cidade”. O empresário ERS3-15 destaca os três maiores problemas: ocupação irregular, segurança e qualidade ambiental, considerando a geração altíssima de resíduos. Sobre a destinação do lixo, a moradora ERS4-18 foi mais específica:

a gente tem um problema seríssimo de lixo ali na beira do Rio das Almas, onde todos os botecos da Rua do Lazer fazem o descarte. É uma sujeira, uma moscajada, um nojo, uma coisa horrorosa. Então era a primeira coisa que tinha que ter tomado uma providência porque ali é o centro, é onde o turista circula o tempo todo. Se for pra ficar bonito para o turista, então tá perdido (ERS4-18).

Resumidamente, o aumento do fluxo turístico veio acompanhado da extrapolação da capacidade de carga de veículos e consequente desorganização do trânsito, visto que as ruas do Centro Histórico foram edificadas em uma época em que não havia automóveis; aumento da violência e roubos, prejudicando a segurança urbana; e ocupações irregulares em função da valorização imobiliária marcada pela reconfiguração espacial.

Conclusões

O presente trabalho objetivou compreender a relação entre as políticas de turismo e o processo de gentrificação em Pirenópolis, no estado de Goiás (GO), com base em um estudo essencialmente qualitativo. Entre as consequências das modificações, dois grandes eixos de análise emergiram das entrevistas, sendo estes os aspectos concretos da gentrificação, e os aspectos simbólicos relacionados ao espaço.

Os aspectos concretos da gentrificação são demarcados pela reconfiguração do espaço urbano transformando o entorno da cidade com a construção de condomínios privados. Ademais, a turistificação do centro urbano impactou, significativamente, a ocupação do centro por moradias, de modo que parte significativa das edificações tenha se transformado em comércios variados, que implicam, necessariamente, na valorização imobiliária no Centro Histórico e no entorno. Consequentemente, houve um afastamento da população marginalizada desse centro para áreas cada vez mais distantes em substituição pela classe dos empresários vindos de fora da cidade, caracterizando um reagrupamento social nas margens de Pirenópolis-GO. Esse processo se agrava por ser acompanhado de um distanciamento dos moradores dos comércios, escolas, postos de saúde e estabelecimentos que oferecem serviços e, geralmente, estão concentrados no centro da cidade.

A reconfiguração do espaço promove também a concepção do espaço como cenário, que segundo depoimentos, destina-se à fruição dos turistas, sem valor de uso, uma vez que serve para compor uma atmosfera relativamente homogênea, comum em cidades que passam por processos de turistificação dos seus espaços (Meethan, 1997).

Ao mesmo tempo, mudanças nos hábitos da população, distanciamento cultural e uma relação segregada entre moradores e turistas também acentuam pontos simbólicos desse processo, como os elementos da identidade socioespacial, tendo em vista que os indivíduos passam a sentir

perda do valor do patrimônio histórico-cultural e não se sentem parte integrante do novo espaço concebido para o turismo, uma vez que os significados desses espaços se transformam com sua nova função comercial.

Em termos teóricos, entende-se que aqui reside a principal contribuição deste artigo, que a partir do caso de Pirenópolis, lança luz sobre um processo de gentrificação a partir da refuncionalização do Centro Histórico, no qual as edificações se tornam espaços comerciais, e por consequência, deslocam os moradores para a periferia, implicando diretamente a produção de significados sobre a cidade, bem como sobre o próprio caráter identitário dos cidadãos.

Em termos práticos, conclui-se que o próprio processo representa um reflexo da política do desenvolvimento geográfico desigual da produção do espaço, alimentada pelo peso do Plano Diretor da cidade, cuja estratégia de desenvolvimento do turismo contribui não apenas com o processo de gentrificação, como também dificulta o funcionamento de outros serviços básicos. Em Pirenópolis, inexistem governança e cooperação entre o poder público, empresariado e sociedade civil. Essa falta de interação prejudica, sobremaneira, os processos e a elaboração de políticas públicas de planejamento urbano e da atividade turística, assim como as ações de promoção e apoio à comercialização de forma integrada. Esse contexto não se revela de modo semelhante a outras cidades turísticas, como Paraty (Silva, 2015), Fortaleza (Coriolano & Vasconcelos, 2012) e Recife (Leite, 2007).

Como futuras pesquisas, a partir dos desdobramentos socioespaciais, sugere-se uma imersão no campo de pesquisa de modo que seja possível analisar os mecanismos de governança de desenvolvimento do turismo e as transformações espaciais. Considerando que a relação entre as políticas de turismo e a gentrificação ainda é pouco explorada, entende-se que pesquisas futuras podem se ocupar mais detidamente dessa agenda em outras localidades do Brasil. Dessa forma, espera-se que, a partir dos desdobramentos na configuração espacial provocados pela urbanização turística, seja possível compreender um contexto do desenvolvimento do turismo municipal, comparado a outras localidades, regional e nacional. E, com isso, traçar diretrizes turísticas em conjunto com os atores (governo, empresas e sociedade civil) que sofrem influência direta na configuração do espaço.

Durante a elaboração das políticas públicas de desenvolvimento turístico, os atores sociais (agentes do poder público, empresários, população local e os turistas) são revelados expondo as suas diferentes expectativas. Cabe ao poder público articular esse jogo de interesses, não raro divergente em termos políticos, econômicos, culturais e sociais. Afinal, ressalta-se que tal conciliação é formada diante do ordenamento territorial, pelo uso do espaço, e acaba seguindo a perspectiva do desenvolvimento do turismo, tomado, atualmente, como mola propulsora de desenvolvimento em Pirenópolis.

Referências

- Aguiar, L. B. (2016). O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979). *Anais do Museu Paulista*, 24(1), 137-149. [10.1590/1982-02672016v24n0105](https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0105)
- Almeida-García, F., Cortés-Macías, R., & Parzych, K. (2021). Tourism Impacts, Tourism-Phobia and

- Gentrification in Historic Centers: The Cases of Málaga (Spain) and Gdansk (Poland). *Sustainability*, 13(1), 1-25. 10.3390/su13010408
- Araújo, R. M., & Posenatto, A. F. G. (2012). Plano de Fortalecimento da Gestão do Turismo (PFGT): uma avaliação ex-ante no município de Nísia Floresta (RN). *Revista de Administração Pública*, 46(1), 221-248. [10.1590/S0034-76122012000100011](https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100011)
- Augé, M. (2010). *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade* (8ª ed). Campinas, SP: Papirus.
- Barbosa, L. G. M., Oliveira, C. T. F. de, & Rezende, C. (2010). Competitividade de destinos turísticos: estudo de 65 destinos-chave para o desenvolvimento do turismo regional. *Revista de Administração Pública*, 44(5), 1067-1095. [10.1590/S0034-76122010000500004](https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000500004)
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.
- Bolzoni, M., & Semi, G. (2023). Adaptive urbanismo in ordinay citis: gentrification and temporalities in Turin (1993-2021). *Cities*, 134, 1-9. [10.1016/j.cities.2022.104144](https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.104144)
- Botelho, A. (2004). A produção do espaço e o empresariamento Urbano: o caso de Barcelona e seu fórum das culturas de 2004. *GEOUSP-Espaço e Tempo*, 8(2), 111-124. [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2004.73958](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2004.73958).
- Brasil. (2022). Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo: Novas diretrizes. Recuperado de: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/produto5_Ebook_Web.pdf.
- Brida, J. G., Del Chiappa, G., Meleddu, M., & Pulina, M. (2014). A comparison of residents' perceptions in two cruise ports in the Mediterranean Sea. *International Journal of Tourism Research*, 16(2), 180-190. [10.1002/jtr.1915](https://doi.org/10.1002/jtr.1915)
- Closs, L., & Rocha-de-Oliveira, S. (2018). Análise da Cidade Baixa como Polo Criativo Potencial. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*. 24(1) 208-237. 10.1590/1413-2311.184.62076.
- Coriolano, L., & Vasconcelos, F. (2012). *Turismo, Território e Conflitos Imobiliários*. Fortaleza, CE: Eduece.
- Correa, S. M. (2016). O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. *Anais do Museu Paulista*, 24(1), 15-57. [10.1590/1982-02672016v24n0101](https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0101)
- Cruz, R. C. A. (2000). *Política Pública do Turismo e Território*. São Paulo, SP: Contexto.
- Fridman, F., Silva de Araújo, A. P., & Barcelos Damasceno Daibert, A. (2019). Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Três estudos de caso (1973-2016). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 21(3), 621-638. [10.22296/2317-1529.2019v21n3p621](https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n3p621)
- Glass, R. (1963). *Introduction to London: Aspects of change*. Center for Urban Studies: London.
- González-Pérez, Jesús M. (2020). The dispute over tourist cities. Tourism gentrification in the historic Centre of Palma (Majorca, Spain). *Tourism Geographies*, 22(1), 171-191, 10.1080/14616688.2019.1586986

- Hamnett, C. (1984). Gentrification and residential location theory: a review and assessment. In D. T. Herbert, & R. J. Johnston, R.J. (eds). *Geography and the urban environment. Progress in research and applications*. London: Wiley-Blackwell, p. 283-319.
- Harvey, D. (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, *Espaço e Debates*, 16(39), 48-64.
- Harvey, D. (2014). *17 Contradições e o Fim do Capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Henz, A. P., Leite, F. C. L., & Anjos, F. (2010). *A. Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60*. Artigo apresentado no 6º Semintur – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, Caxias do Sul, RS.
- Iphan. (2018). *PAC Cidades Históricas*. Recuperado de <http://portal.iphan.gov.br/pac#:~:text=O%20Programa%20de%20Acelera%C3%A7%C3%A3o%20do,log%C3%ADstica%20e%20energ%C3%A9tica%20do%20Brasil>.
- Lefebvre, H. (1991). *The production of space*. Oxford: Blackwell.
- Leite, R. P. (2007). *Contra-usos da Cidade* (2ª ed.). Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Lemos, C. C. (2013). Planejamento do turismo em âmbito federal: uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos no setor. *Revista de Administração Pública*, 47(6), 1401-1428. [10.1590/S0034-76122013000600004](https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000600004).
- Luchiari, M. T. (2004). Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: C. Serrano, H. Bruhns, & M. Luchiari (Orgs): *Olhares contemporâneos sobre o turismo* (3ª ed.). Campinas, SP: Papirus, 105-130.
- Mendes, L. (2017). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, 19(39), 479–512. [10.1590/2236-9996.2017-3906](https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906)
- Magnier, A., Getimis, P., Cabria, M., & Baptista, L. (2018). Mayors and spatial planning in their cities. In H. Heinelt, A. Magnier, M. Cabria, & H. Reynaert (Eds.), *Political leaders and changing local democracy: The European mayor*. London: Palgrave Macmillan, 411-446.
- May, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processo*. Porto Alegre, Artmed.
- Meethan, K. (1997). York: managing the tourist city. *Cities*, 16(6), 333-342. [10.1016/S0264-2751\(97\)00024-3](https://doi.org/10.1016/S0264-2751(97)00024-3)
- Paddison B., & Walmsley A. (2018). New Public Management in tourism: a case study of York. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(6), 910-926. [10.1080/09669582.2018.1425696](https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1425696).
- Paes, M. T. D. (2017). Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *GEOUSP Espaço e Tempo*, 21(3), 667-684, 2017. [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.128345](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.128345).
- Plano Diretor de Pirenópolis. (2002). *Lei Complementar nº 02/02 de 12/12/2002*. Recuperado de https://pirenopolis.go.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/plano-diretor-2002_antigo.pdf.
- Ribeiro, S. B. (2005). *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo, SP: Anablume.

- Ribeiro, T. F. (2018). Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. *Revista de Direito da Cidade*, 10(3), 1334-1356. 10.12957/rdc.2018.31328.
- Rodrigues, A. B. (2003). Ecoturismo: limites do eco e da ética. In A. B. Rodrigues. *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo, SP: Contexto.
- Santos, M. (2008). *Metamorfoses do Espaço Habitado* (6ª ed.). São Paulo: EdUSP.
- Savage, M., & Warde, A. (1993). *Urban sociology, capitalism and modernity*. Londres, Macmillan.
- Silva, F. C. (2015). *A formação de agenda de políticas públicas de turismo em âmbito local: os casos de Ouro Preto (MG) e Paraty (RJ)* (Tese de Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP.
- Smith, N. (1982). Gentrification and Uneven Development. *Economic Geography*, 58(2), 139–155. 10.2307/143793
- Smith, N. (2007). A gentrificação generalizada. In C. Bidou-Zachariasen. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo, SP: Annablume, 59-87.
- Steinberger, M. (Org.) (2009) *Territórios Turísticos no Brasil Central*. Brasília, DF: LGE Editora.
- Troitiño Vinuesa, M. A. (2003). La protección, recuperación y revitalización funcional de los centros históricos. Instituto de Estudios Socioeconómicos de Cajamar. *Ciudades, Arquitectura y Espacio Urbano*, (3), 131-160.
- Weber, F. (2009). A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 157-170. [10.1590/S0104-71832009000200007](https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200007)
- Zukin, S. (2010). *The Culture of Cities* (10th ed). Oxford: Blackwell Publishers.
- Zhan, Y. (2021). Beyond neoliberal urbanism: Assembling fluid gentrification through informal housing upgrading programs in Shenzhen, China. *Cities*, 112(May), 1-9. [10.1016/j.cities.2021.103111](https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103111)
- Zhang, Q., Lu, L., Huang, J., Zhang, X. (2022). Uneven development and tourism gentrification in the metropolitan fringe: A case study of Wuzhen Xizha in Zhejiang Province, China, *Cities*, 121(Feb), 1-14. 10.1016/j.cities.2021.103476.

Financiamento

Os autores agradecem a CAPES pela bolsa de Mestrado concedida e à FAPEMIG pelo financiamento de materiais permanentes utilizados nesta pesquisa através do projeto APQ-03362-18.

Autoria

Ariane Belcavelo Silveira Marques

Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa. Suas pesquisas concentram-se na produção do espaço em cidades turísticas.

E-mail: arianebsm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6165-9958>

Wescley Silva Xavier

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, com pós-doutorado em Sociologia pela Lancaster University. Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa.

E-mail: wescley@ufv.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3524-3566>

Leandro Theodoro Guedes

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Viçosa. Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa. Professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: ltheodoroguedes@yahoo.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6529-2188>

Conflito de interesses

Os autores informam que não há conflito de interesses.

Linguagem inclusiva

Os autores usam linguagem inclusiva que reconhece a diversidade, demonstra respeito por todas as pessoas, é sensível a diferenças e promove oportunidades iguais.

Contribuição dos autores

Primeira autora: concepção (igual), curadoria de dados (líder), análise formal (líder/), investigação (líder), metodologia (líder), recursos (igual/ líder/apoio), supervisão (igual), validação (líder), visualização (igual), redação – rascunho original (líder), redação – revisão e edição (igual).

Segundo autor: concepção (igual), curadoria de dados (apoio), análise formal (apoio), aquisição de financiamento (líder), investigação (apoio), metodologia (apoio), administração do projeto (líder), recursos (líder), supervisão (igual), validação (apoio), visualização (igual), redação – rascunho original (apoio), redação – revisão e edição (igual).

Verificação de plágio

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante

o uso de ferramenta específica.

Errata

No artigo “A Relação entre o Desenvolvimento do Turismo e o Processo de Gentrificação em Pirenópolis-GO” publicado no periódico Organizações & Sociedade, 32(111), 2025, ev32n0005EN. DOI <https://doi.org/10.1590/1984-92302025v32n0005PT>, nome e afiliação institucional do coautor Leandro Theodoro Guedes.

Onde se lia:

Ariane Belcavelo Silveira Marques^a

Wesley Silva Xavier^a

^a Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, Brasil

Leia-se:

Ariane Belcavelo Silveira Marques^a

Wesley Silva Xavier^a

Leandro Theodoro Guedes^b

^a Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, Brasil

^b Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, Três Rios-RJ, Brasil

Disponibilidade de dados

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando plenamente sua privacidade. A prática do open data busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes da pesquisa.

A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional